

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4
5 Aos dezesesseis dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, às oito horas e trinta minutos,
6 no SEPN Quadra 511, bloco C, Ed. Bittar – 4º andar – Sede SEMA, Brasília, DF, Brasil, ocorreu a 17ª
7 reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF. Não
8 havendo quórum para a abertura em primeira convocação, a mesma foi aberta em segunda
9 convocação. Fizeram-se presentes o Secretário de Estado de Meio Ambiente do Distrito
10 Federal, presidente do Conselho, senhor ANDRÉ RODOLFO DE LIMA, que presidiu a
11 reunião, e os seguintes Conselheiros (as): SÉRGIO AUGUSTO DE MENDONÇA RIBEIRO
12 (SEMA); FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR (SEMA); DIEGO BERGAMASCHI (SINESP);
13 LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS (IBRAM); DIÓGENES MORTARI (ADASA);
14 RAFAEL MACHADO MELLO (ADASA); RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
15 (CAESB); MANOEL ALESSANDRO MACHADO DE ARAÚJO (IBAMA/DF); JORGE
16 ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO
17 (SRDF); ANA PAULA DIAS MACHADO DE CASTRO PESSOA (FIBRA); TEREZINHA
18 LIMA (ÚNICA/DF); DELSON DA COSTA MATOS (CBH/MA); JOSÉ BRILHANTE
19 NETO (CBH/PRETO); ANA PALMIRA SILVA (CBH/PARANOÁ); MARCOS HELANO
20 FERNANDES MONTENEGRO (ABES); LUIZ FERNANDO KITAJIMA (UCB); e LUIZ
21 ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (FÓRUM DAS ONGs). Participaram como
22 convidados: Aline Rezende Peixoto (IBAMA/DF), Welber Ferreira Alves (ADASA), Daniel
23 Vieira Inácio (SINESP), Mirtes Boralle (SEMA/SURSA), Marcela Dupont Britto
24 (SEMA/SURSA), Maria Sílvia Rossi (SUPLAN/SEMA), Tereza Cristina E. de Oliveira
25 (SEMA), Roseilde M. Mello (SUPLAN), Otávio Veríssimo Sobrinho (SUPLAN), Irene
26 Custódia Magalhães Mesquita (SUAC/SEMA). Não houve justificativa de ausência. O
27 presidente iniciou a reunião cumprimentando a todos prosseguindo com o **item 1a** - da pauta:
28 Leitura, votação e assinatura da Ata da 16ª Reunião Ordinária do CRH/DF. A ata foi aprovada
29 e assinada na reunião. O presidente solicitou uma inversão da pauta, o que foi acordado, e
30 passou para o **item 1e da pauta**, informando que o item de pauta que trata da aprovação das
31 metas do Distrito Federal para o PROGESTÃO foi retirado da pauta, sob o argumento de que
32 haja uma reunião específica para que possa ser apresentada a proposta, avaliada e discutida
33 pelos conselheiros, e só depois, ser trazida para deliberação. Na oportunidade o conselheiro
34 Luiz Mourão/Fórum das ONGs, manifestou consternação pela forma como este item foi
35 inserido na pauta desta reunião, sem observar os prazos regimentais para envio de pauta e do
36 material a ser estudado pelos conselheiros, sob a justificativa de que essa prática impede o
37 trabalho deste conselho e o reduz a mero conhecedor das decisões formuladas pelos órgãos de
38 planejamento e gestão de recursos hídricos, sem, contudo, possibilitar, dado ao curto prazo
39 para análise e debate da matéria deliberativa, a articulação do planejamento e a definição de
40 diretrizes complementares. Lembrou que dentre as competências deste conselho está a de
41 promover a articulação do planejamento de recursos hídricos e estabelecer diretrizes
42 complementares para a implementação da política de recursos hídricos, aplicação de seus
43 instrumentos e atuação do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos do Distrito Federal.
44 Por fim, agradeceu a decisão do presidente para a retirada deste item da pauta de hoje. O
45 presidente retomou a palavra e explicou que esta não é uma prática recorrente neste conselho,
46 contudo, aceitou o pedido do presidente da ADASA para inserir esta pauta, embora fora dos
47 prazos regimentais, por entender que o consenso supera o regimento, e se fosse consenso
48 neste conselho pela reprovação da pauta ela seria retirada. Contudo, isto não foi necessário,
49 visto que, antes mesmo do início da reunião já havia sido determinada sua retirada da pauta.
50 Na oportunidade, sugeriu que na próxima reunião a ADASA faça a apresentação das metas e
51 a deliberação fique para a reunião seguinte. O conselheiro Luiz Mourão/Fórum das ONGs

52 sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho para estudar o assunto e construir uma solução
53 mais apropriada que possa ser apresentada nessas metas. O conselheiro Diógenes
54 Mortari/ADASA informou que estava prevista a vinda de representantes da Agência Nacional
55 de Águas/ANA para fazer a apresentação do Programa da ANA, mas, em vista da retirada da
56 pauta será feito um novo planejamento para apresentação e posteriormente, deliberação deste
57 Conselho. O presidente da reunião sugeriu à ADASA que faça uma reunião com os
58 conselheiros para a transmissão das informações necessárias. O conselheiro Mourão/Fórum
59 das ONGs lembrou que este conselho tem uma responsabilidade um pouco maior que tomar
60 conhecimento das coisas, ele é avalista das decisões, daí a necessidade de se apropriar das
61 causas que assina. A subsecretária Maria Sílvia Rossi pediu a palavra e informou que este
62 tema já foi trazido formalmente na 7ª reunião do conselho, com apresentação detalhada
63 proferida pela ANA sobre o Programa PROGESTÃO, e na ocasião ficou deliberado que este
64 processo não fosse gestado em nenhum ente específico, mas sim no CRH/DF. Informou ainda
65 que este material esta sendo compilado e será apresentado tão logo esteja pronto para
66 subsidiar as discussões que serão retomadas, sem prejuízo do que já foi deliberado e nem das
67 sugestões apontadas pelo secretário neste momento. O presidente da reunião se comprometeu
68 em articular reunião com todos os integrantes do sistema de recursos hídricos para
69 apresentação do programa PROGESTÃO e apresentação dos materiais e encaminhamentos já
70 existentes referentes a este tema. O presidente precisou retirar-se da reunião, que passou a ser
71 presidida pelo conselheiro Sérgio Ribeiro/SEMA. Prosseguiu-se com o **item 1b da pauta:**
72 **Apreciação do calendário de Reuniões Ordinárias CRH-DF 2016.** O calendário foi aprovado.
73 **item 1c:** Aprovação das versões do mapa de RH do DF, a ser disponibilizado em versão
74 digital. O conselheiro Sérgio Ribeiro lembrou que na última reunião do CRH foi aprovada a
75 Base Hidrográfica Oficial do DF e a partir desta base foram construídos alguns mapas, que
76 foram apresentados pela subsecretária Maria Silvia Rossi. Ela informou que a partir da
77 aprovação da Base Hidrográfica Oficial para o Distrito Federal, aprovada por este conselho,
78 foi feito o cruzamento de informações importantes e construídos alguns mapas. Na
79 apresentação foram mostrados os mapas e evidenciados os potenciais de utilização das
80 informações constantes nestes pela sociedade. Para o trabalho de processamento e
81 qualificação da Base a proposta é que se retomem os grupos de trabalho interinstitucionais
82 para qualificar os elementos técnicos da Base que deve ser um trabalho continuado. A partir
83 da Base Hidrográfica foram levantados trinta e sete mil seguimentos de rios, dos quais, pouco
84 menos de mil estão com nome. A próxima etapa é corrigir o fluxo do retorno, as áreas úmidas,
85 as represas, das lagoas, dos pequenos barramentos, etc. Foi produzido um mapa com relevo,
86 mas também será produzido um sem relevo, onde o tamanho da letra é compatível com o
87 tamanho A0. A ideia é que este tipo de material já componha a entrega de 2016, que é a
88 produção de um Atlas do DF. O sistema distrital de informações Ambiental, previsto em Lei,
89 nunca implementado, nós estamos trabalhando para implementar, trazendo informações
90 primárias de cada órgão, visto que este sistema vai qualificar o licenciamento, do qual o
91 Sistema Distrital de Recursos Hídricos é estruturante. A Base hidrográfica está aprovada no
92 CRH, foi elaborada conjuntamente pela SEMA, IBRAM, ADASA e CAESB. Esta Base está
93 em processo de adequação e revisão sob a coordenação da SEMA, com a participação das
94 seguintes instituições: IBRAM, ADASA, CAESB, SEAGRI e SEGETH. Foram apresentadas
95 as três regiões hidrográficas nacionais que é o âmbito de abrangência dos três Comitês de
96 Bacias do DF. Foi mostrada a base de arruamento do DF, onde se verifica a densidade de
97 ocupação e quais são os rios que estão sob pressão. São sete Bacias Hidrográficas do DF:
98 Maranhão e Preto são Bacias, contudo, o Paranoá são cinco Bacias, então o Mapa abre as
99 cinco Bacias. Esse é um material pedagógico, com um conjunto de mapas que devem ser
100 ofertados livremente. Outro Mapa trás as macros zonas do PDOT, com as zonas de contenção
101 urbana, de adensamento, de expansão urbana, etc. A ideia é produzir uma coletânea de Mapas
102 temáticos, sempre a partir da base aprovada pelo CRH. A servidora Irene Custódia reforçou a

103 necessidade de se retomar o GT interinstitucional para a continuidade dos trabalhos da Base
 104 Hidrográfica e que as instituições possam ser consultadas e suas sugestões incorporadas na
 105 Base. A subsecretária Maria Sílvia salientou que se tratam de dois momentos importantes,
 106 onde, primeiro será feita uma consulta ao CRH sobre os mapas temáticos de interesse para
 107 uso imediato. A proposta é trazer uma tabela com todas as variáveis disponíveis e vocês vão
 108 selecionando na tabela o que é de interesse para que possamos produzir os Mapas no início do
 109 ano e disponibilizar na Rede. Outro momento é retomar os grupos de trabalho para avançar na
 110 qualificação da Base. O Conselheiro Diógenes perguntou se a Base já foi publicada e se já
 111 pode ser citada como oficial do DF. A subsecretária Maria Sílvia esclareceu que já foi
 112 aprovada pelo CRH, por Resolução, que está apenas aguardando a publicação e tão logo seja
 113 publicada será oficial do DF. O servidor Welber esclareceu que na primeira fase o que foi
 114 focado foi a Toponímia, mas dependendo do tipo de trabalho que se vier executar com esse
 115 produto, ainda não está a contento porque falta a parte geométrica, então, dependendo do tipo
 116 de desenvolvimento, simulação e modelagem ainda não está pronto pra isso, embora seja
 117 possível fazê-lo trabalhando os elementos que compõem a Base para trabalhos desse tipo, e
 118 com relação aos outros elementos que vão aparecer no Mapa, como estradas, arruamentos,
 119 isso não foi trabalhado pelo GT. A subsecretária Maria Sílvia esclareceu que o GT não
 120 trabalhou esses elementos, porém, a base utilizada é a oficial de cada instituição de origem
 121 responsável pelo dado, não cabendo ao GT questioná-la, mas utilizá-la desde que o Governo
 122 reconheça a autoria institucional para aquele dado. Uma das questões do ZEE é pela primeira
 123 vez definir, em escala, a autoria institucional, porque o DF não tem isso. Na Lei do ZEE, um
 124 dos elementos fundamentais é: quem é o órgão produtor de qual informação primária, com
 125 que periodicidade ele tem que atualizar estas informações e quais metadados, e induzir a
 126 política de geoinformação, isso é ZEE. Ao final esclareceu que o que tá aqui subsidiando
 127 esses Mapas é o que está aprovado pelos órgãos, e não são ensaios com informações
 128 adicionais. A escala de referência é 1:100.000. A subsecretária esclareceu que a
 129 disponibilização desses Mapas, após a apreciação deste Conselho, será no site do ZEE, por
 130 meio de um conjunto de informações temáticas aprovadas no CRH, utilizando a Base
 131 aprovada. Em paralelo está sendo trabalhado com a diretora do SITURB/SEGETH a retomada
 132 dos grupos de trabalhos técnicos para trabalharmos a regulamentação da infraestrutura de
 133 dados espaciais do DF. O Conselheiro Delson Matos/CBH-MA, levantou a questão dos
 134 nomes dos rios constantes nos Mapas, apenas com base no processo histórico, o que dificulta
 135 o entendimento daqueles que, usualmente, conhecem estes rios ou córregos por outros nomes,
 136 a exemplo do que acontece com o Ribeirão do Engenho Velho, que neste Mapa apresentado
 137 aqui, ele começa depois do Convoncas, e este é só um afluente do Ribeirão Contagem. O
 138 Convoncas é próximo da região onde eu moro, e desde os primórdios daquela região ele é
 139 conhecido como Convoncas, nesse Mapa o Convoncas aparece como sendo o principal e os
 140 demais seus afluentes (...) A servidora Irene Custódio, responsável pelo estudo de Toponímia,
 141 explicou que, existe um estudo feito pela CODEPLAN em 1994, onde foram levantados os
 142 nomes existentes (usuais) para os cursos d'água e a partir de então, foi desenvolvido um
 143 estudo para detectar o nome mais antigo, e este seria o nome oficial, que teria que estar
 144 representado no Mapa. Embora esse trabalho tenha sido feito, ainda existem divergências e
 145 dúvidas, contudo, nesse momento nós nos embasamos nos cursos explicitados na Resolução
 146 nº 02/2014. O Conselheiro Jorge Enoch da EMBRAPA/DF reforça que o trabalho elaborado é
 147 fundamental mas precisa encontrar uma forma de identificar no Mapa os nomes usuais desses
 148 rios. A subsecretária Maria Sílvia sugeriu que os CBHs internalizem essa discussão e
 149 retornem junto à comunidade para empoderar o Comitê destas informações e quando tiver
 150 uma proposta mais consolidada volte a este Plenário, e a partir de então será consolidada uma
 151 espécie de Legenda ou outra forma que atenda aos anseios aqui proposto, de incluir na Base
 152 Hidrográfica Oficial do DF os nomes populares dos rios quando estes forem diferentes do
 153 nome Oficial. A seguir, o presidente da reunião deu os seguintes encaminhamentos: a) dar

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

154 continuidade aos subgrupos interinstitucional de adequação e revisão da Base e também, de
155 continuidade dos trabalhos da Base; b) Os CBHs vão trabalhar junto à Comunidade para
156 levantar os nomes populares dos cursos d'água, e apresentará uma proposta final a este
157 Plenário para que, apreciado, seja incluído na Legenda da Base. O conselheiro Montenegro da
158 ABES/DF se pronunciou lembrando que este trabalho da Base foi elaborado no âmbito da
159 Câmara Técnica do CRH/GT Enquadramento, em acordo com o estipulado no Art. 6º da
160 Resolução nº 02/2015, e que os Comitês de Bacias do Maranhão, do Rio Preto e do Paranoá
161 têm representatividade, e que no escopo deste GT foi dada a oportunidade de receber
162 contribuições para a elaboração da Base que foi aprovada. Isto não aconteceu, contudo, a GT
163 pode reabrir a discussão e as contribuições devem ser encaminhadas ao GT e serão
164 sistematizadas conforme os encaminhamentos aqui proposto. O que foi acordado por todos.
165 **item 1d:** Apresentação dos trabalhos do GT – enquadramento e discussão/deliberação sobre
166 prorrogação do prazo constante no Art. 4º, inciso II da Resolução nº 02/2014 CRH/DF. O
167 Conselheiro Montenegro da ABES/DF lembrou que, em acordo com a Resolução nº 02/2014
168 do CRH/DF, a primeira atividade trata da criação de uma Base Hidrográfica Comum para o
169 DF, o que já se cumpriu com a sua aprovação neste Conselho e as deliberações dela
170 decorrente. A segunda atividade é a “consolidação do sistema de monitoramento das chuvas e
171 da qualidade e quantidade das águas do DF”, incluindo as ações da ADASA, IBRAM e
172 CAESB, e eventualmente de outros órgãos, até 30/11/2015, por meio da articulação e
173 integração do sistema existente no Distrito Federal”. O GT acabou de produzir e aprovar, em
174 sua última reunião, dois documentos com as seguintes informações: a) um diagnóstico de
175 quais os monitoramentos realizados atualmente, considerando as limitações que nós temos nas
176 instituições, quais os parâmetros que estão sendo monitorados, etc., e também, uma proposta
177 para implementação do sistema de monitoramento. Isso foi aprovado no âmbito do GT,
178 contudo, a consolidação do sistema de monitoramento precisa de um amadurecimento para
179 definir os encaminhamentos. Esclareceu que este GT integra a Câmara Técnica Permanente
180 do CRH/DF e encaminhará a minuta do Diagnóstico e do Plano do Sistema de Monitoramento
181 para todos os membros do Conselho. No dia 17/02/2016 será feita a 1ª reunião da
182 CTPA/CRH/DF, e dia 24/02/2016 será apresentado a este conselho a Minuta final deste
183 diagnóstico e o Plano do Sistema de Monitoramento para apreciação deste Conselho. Assim,
184 solicitamos a alteração do prazo estipulado por este Conselho (Resolução nº 02/2014 do
185 CRH/DF), para a da 1ª RO do CRH/DF de 2016. A solicitação foi aprovada pelo Conselho. O
186 terceiro item da Resolução nº 02/2014 do CRH/DF é a “publicação sistemática, pela ADASA,
187 dos resultados do sistema de Monitoramento das chuvas e da qualidade e quantidade das
188 águas do Distrito Federal, a partir do primeiro trimestre de 2016, com periodicidade
189 trimestral, bem como do relatório analítico anual consolidado a partir do exercício de 2016”.
190 Isto também depende do posicionamento da ADASA. A ideia é que a partir do 1º trimestre de
191 2016 seja possível oferecer à sociedade uma consolidação da situação de monitoramento das
192 águas no DF. **item 1e:** Aprovação das metas do Distrito Federal para o PROGESTÃO. Este
193 item foi suprimido da pauta. **Item 2ª da pauta:** Apresentação sobre os andamentos da Câmara
194 Técnica de Saneamento Básico (CTSB-CRH-DF). O subsecretário Diego, da SINESP,
195 coordenador do CTSB/CRH/DF deu início à apresentação lembrando que a Câmara Técnica
196 de Saneamento Básico – CTSB foi criada no âmbito do CRH/DF, com o intuito de atender ao
197 controle social de saneamento básico, conforme previsto na Lei 11.445/2007 e foi dada a essa
198 Câmara Técnica a competência para exercer o controle social e realizar um estudo sobre a
199 pertinência e oportunidade de adequação da legislação pertinente à Recursos Hídricos e
200 Saneamento Básico, no âmbito Federal e do Distrito Federal, para que este Conselho possa
201 exercer atribuições relativas ao saneamento básico, em acordo com a Resolução nº 01/2015 do
202 CRH/DF. A CTSB realizou cinco reuniões para debater o assunto. Sobre a competência da
203 Câmara a CTSB, nós entendemos que a partir da publicação da Resolução nº 01/2015 a
204 Câmara Técnica exerceria o Controle Social, em acordo com a Lei 11.445/07, Art. 47. Sobre

205 o ponto que trata da adequação da legislação, a CTSB apurou que nenhum Conselho de
206 Recursos Hídricos exerce plenamente o saneamento básico. Alguns Conselhos apontam que
207 deve haver integralidade entre as discussões de saneamento básico e ambiental, mas ninguém
208 faz isto de forma explícita, ou seja, não existe um Conselho de Saneamento Básico no DF,
209 portanto, não temos uma legislação que embase o Saneamento Básico no DF. Alguns
210 Conselheiros levantaram que a melhor alternativa seria criar um Conselho de Saneamento
211 Básico no DF, contudo, dado o tempo que isso levaria para ser implementado, essa alternativa
212 foi descartada. Então se passou a estudar quais são as alternativas, no âmbito do CRH, para
213 que ele incorpore a atividade de saneamento básico. Nós trouxemos aqui uma Minuta da
214 proposta de incorporação do saneamento básico do DF ao CRH/DF. Nesse contexto, a
215 primeira alternativa é a criação da CTSB que já está criada. A segunda alternativa é como
216 fazer alterações mínimas no Regimento Interno do CRH para que o saneamento básico seja
217 absorvido pelo CRH/DF. Exemplo de alterações necessárias: não tem nenhum órgão no CRH
218 que represente resíduos sólidos, para as questões de saneamento, isto é necessário. Não
219 queremos entrar no mérito de alteração de Lei. Outra conclusão desse trabalho é que hoje o
220 controle social é exercido pela CTSB. A orientação desta análise é que o Controle Social seja
221 feito pelo CRH e assessorado pela CTSB. Uma observação também deste trabalho foi de que
222 o CRH/DF é deliberativo, enquanto que as legislações encontradas para Conselho de
223 Saneamento é que estes são Consultivos. Outra questão bastante debatida pela CTSB foi: em
224 que nível se relaciona com a ADASA e com o CONLURB (Conselho de Limpeza Urbana,
225 criado em 1994, na Lei que criou o SLU e instituído este ano de 2015). Tudo que é de
226 competência da ADASA, especificado em lei, não se discute e mantém sob a responsabilidade
227 da ADASA. No que se refere ao CONLURB, ele continua fazendo sua atuação no âmbito dos
228 resíduos sólidos, porque o CRH não tem como absorver tudo. A nossa proposta aqui hoje é
229 apresentar o andamento dos trabalhos ao CRH. Na próxima reunião da CTSB, que será em
230 janeiro, faremos a consolidação e fechamento do Relatório de Análise e, posteriormente,
231 apresentaremos uma proposta de alteração do Regimento Interno do CRH/DF, que será
232 entregue ao CRH. No nosso trabalho, enquanto CTSB, nós estamos tendo todo cuidado para
233 não haver sobreposição das atividades deste Conselho, com as atividades da ADASA, e do
234 CONLURB e de não conflitar as atividades do CRH com as do Saneamento Básico. Também
235 temos a proposta de Chamar o diretor do Departamento de Relações Institucionais, do
236 Ministério das Cidades, Hernani Sirico de Miranda, porque é neste setor que passa as
237 discussões de análise do Controle Social, para consultá-lo se isso responde ao que o
238 Ministério das Cidades prevê em Lei para o Controle Social. A subsecretária da SEMA, Maria
239 Sílvia Rossi, esclareceu que desde 2012 que o CRH procura desenvolver algumas Resoluções,
240 necessárias, sobre drenagem e tem encontrado muita dificuldade. Isso foi uma proposta do
241 professor Sérgio Koide, em 2012, para que o Plano de Diretor de Drenagem Urbano – PDDU,
242 que é “órfão”, visto que ele está desatualizado, seja qualificado, bem como, o tema da
243 drenagem, e que ambos sejam trazidos para este Conselho. Essa proposta é anterior à
244 discussão dessa Câmara Técnica. O desenvolvimento de Resoluções facilita diretamente
245 orientações para o Licenciamento Ambiental. A proposta apresentada pela UnB era
246 desenvolver, em nível do CONAM e do CRH, um conjunto de normas que possibilitasse a
247 aplicabilidade para o Licenciamento de Porções e Território, uma vez que, entre a Lei e a
248 Regulamentação, o dia a dia, da margem à muitas interpretações. Esse Marco Legal que se
249 pretende desenvolver viria para preencher e não para substituir, mas para qualificar o
250 entendimento, ao modo do que faz as resoluções do CONAMA em nível nacional. O
251 CONAM e CRH têm essa prerrogativa legal. Nesse meio de caminho entrou essa discussão de
252 saneamento básico como bloco. Então eu estou colocando isto, para entender se este conselho
253 está abortando essa possibilidade de desenvolver um Marco infralegal, prerrogativas que já
254 vinham sendo trabalhadas no CRH, particularmente em relação à drenagem, de drenagem
255 para manejo de águas pluviais, em termos de Resolução, de Normas, para orientar o

256 Licenciamento e outros usos desse Marco infralegal. Hoje esse Marco Legal tem essa
257 vacância. Se não foi pensado, eu sugiro que seja internalizado na Câmara Técnica, e que se
258 discuta as implicações. Não é necessário uma resposta imediata, mas sugiro que este Conselho
259 faça essa reflexão, porque as implicações são várias, e não é só para esta Câmara Técnica, que
260 tem a finalidade precípua do Controle Social. A própria definição de controle social, engloba
261 um leque de questões, inclusive envolvendo a sociedade, no desenho de Marco Legal. Para
262 finalizar, gostaria de entender o que significa o caráter consultivo sugerido para a CRH, e o
263 que se entende por saneamento básico: se está pegando os quatro componentes. O
264 Conselheiro Luiz Mourão/Fórum das ONGs, reforçou que esta é uma questão extremamente
265 importante que precisa voltar a ser debatida por este Conselho, em outra oportunidade, a
266 menos, que traga prejuízos ao que se esta analisando no momento. O Conselheiro Montenegro
267 da ABES/DF esclareceu que na última reunião da ABES/DF se discutiu esta questão com
268 base nas informações passadas pelo Wilde, representante da ABES/DF na Câmara Técnica de
269 Saneamento Básico do DF, considerando que a Lei 11.445/2007 define o controle social como
270 um conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações,
271 representações técnicas e participações nos processos de formulação das políticas, do
272 planejamento e da avaliação relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico. Não há
273 nenhuma incompatibilidade entre controle social e regulação, ao contrário, os artigos mais
274 recentes discutindo o assunto dizem que, quando a regulação é feita por um órgão público,
275 prestador de serviço público, como é o caso aqui da CAESB, da SLU, que é uma autarquia e
276 da NOVACAP que é uma empresa pública, ter controle social é a única maneira de tentar
277 escapar da captura, que significa com mesma autoridade estar nomeando a direção do
278 prestador e regulador. Então, o controle social entra aí como uma espécie de balanço da
279 melhoria da confiabilidade do sistema de regulação. O terceiro aspecto que quero chamar a
280 atenção é o seguinte: é mais fácil não mexer na Lei que estabeleceu o sistema de recursos
281 hídricos do DF, mas essa Lei, no Art. 32, estabelece as competências do CRH/DF. A Lei não
282 fala de serviços públicos, nem de saneamento básico. No meu entendimento, a primeira coisa
283 que deve ser feita é uma avaliação, visto que esta CTSB orienta que se evite esta discussão: se
284 será Decreto ou por Lei. Se for por Decreto, basta uma revisão no regimento interno do CRH,
285 mas para mexer só no RI a Lei tinha que autorizar ao CRH esta competência, e não autoriza.
286 Então a minha sugestão é que se consulte, preliminarmente, o jurídico da SEMA/DF sobre a
287 possibilidade de competências relativas ao exercício da participação social no serviço público
288 de saneamento básico ser exercido pelo CRH/DF sem colocar explicitamente isto na Lei.
289 Acredito que isto influencia futuramente nos trabalhos da CTSB/DF. Por último, digo que eu
290 fiquei muito entusiasmado quando o Wilde, que é representante da ABES/DF na CTSB falou:
291 se conseguirmos colocar a parte de saneamento dentro dos recursos hídricos, então, nós
292 vamos para o conselho das águas que põe drenagem, água e esgoto juntos. Mas é drenagem,
293 não é resíduos sólidos. Para mim, e eu trabalhei no ministério das cidades, e acompanhei as
294 discussões e a feitura dessa Lei, negociando seus vetos na Casa Civil, eu acredito que não há
295 incompatibilidade nenhuma em o Conselho de Limpeza Urbana funcionar como o órgão que
296 cuida de controle social na área de gestão de resíduos sólidos e o CRH trabalhar com aquilo
297 do saneamento que tem mais afinidade com a sua temática que são os recursos hídricos. O
298 ministério das Cidades tá trabalhando a questão da exigência do Decreto de que pra receber
299 ajuda do orçamento da união precisa ter o controle social através de conselho em
300 funcionamento, com declaração da autoridade máxima do executivo. O Ernani, que é
301 tesoureiro da ABES, nos informou que há uma interpretação do jurídico do ministério das
302 cidades de que deveria ser um conselho próprio. A interpretação existe, contudo, não foi
303 externalizado pelo ministério. Neste sentido, nós temos que decidir se temos a necessidade de
304 alterar as competências da Lei de RH. Segundo, o CONUC levou 20 anos para ser montado.
305 Se nós trouxermos a competência de controle social e de Resíduos sólidos pra cá, amplia
306 demais a agenda e enfraquece o CONUC. O conselheiro Diego, da SINESP, lembrou que a

307 proposta da CTSB é apresentar uma proposta escalonada. Nós entendemos que ela foi criada e
308 hoje funciona de forma precária. Então, se o Conselho absorver isto, terá que alterar o RI, se
309 isto ainda for considerado precário ele terá que alterar a Lei. O Conselheiro Luiz Mourão,
310 Fórum da ONGs, sugeriu que quando tiver que ser apreciado este relatório da CTSB seja
311 chamada uma reunião exclusiva para o tema. O conselheiro Luiz Rios/IBRAM lembrou que
312 este é um tema complexo, que envolve toda Lei de recursos hídricos, o sistema nacional de
313 recursos hídricos. Temos muitos desafios pela frente, a exemplo da cobrança, outorga, fundo,
314 agência, drenagem, resíduos sólidos, etc. Diante do exposto, o presidente da reunião lembrou
315 que já temos uma pauta extensa para a próxima reunião ordinária e que vai estudar a
316 possibilidade de este tema ser tratado em reunião com o CONAM, para que a discussão seja
317 melhor explanada. O conselheiro Luiz Mourão lembrou que esse tema trás um detalhe
318 importante que é a política de controle social que não existe. O Conselheiro Diego/SINESP
319 informou que o Plano Distrital de saneamento básico, teve seu Edital lançado pela ADASA e
320 que foi criada uma técnica de elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico, será o
321 primeiro plano nessa temática, a comissão envolve a SEMA, ADASA, CAESB, SINESP,
322 coordenado pela SINESP, e a ADASA abriu proposta dia 09/12/2015, já habilitou a empresa e
323 está sendo feita a avaliação técnica esta semana e o preço será avaliado na próxima semana.
324 Então, é possível que em janeiro de 2016, já tenhamos definido a empresa que vai elaborar o
325 Plano de Saneamento Básico para o DF, que inclui o Plano de Gestão Integrada de Resíduos
326 Sólidos. Encerrado este item, passou-se para o **item 2b da pauta:** Apresentação da proposta
327 da Conferência das Águas 2017. O conselheiro Sérgio Ribeiro/SEMA informou que houve
328 um movimento, em 2010, do MMA de fazer uma conferência das águas. Por diversas razões
329 políticas só chegamos ao nível das pré conferências. O objetivo dessa conferência é oferecer
330 um espaço de escuta das bases, porque muitas vezes as políticas públicas são construídas a
331 partir da lógica de interesse de uma parcela dos entes, e imposta aos demais. Sabemos da
332 importância desse momento de escuta da base para conhecermos as demandas da sociedade
333 sobre água. Sabemos que, em um conselho como este, a sociedade civil está representada mas
334 as conferências oferecem outro nível de negociação que qualifica o processo, especialmente,
335 neste momento em que estamos caminhando para o Fórum Mundial de Águas de 2018, que
336 acontecerá no Brasil, sediado por Brasília/DF, em março de 2018. Então é pertinente
337 sabermos o que o conjunto da população pensa e anseia sobre o tema. Assim, o governo do
338 DF tem um objetivo estratégico chamado "Brasília Capital das Águas", que tem o objetivo de
339 transformar a cidade numa referência no tema água por meio de uma série de ações que estão
340 previstas. A 1ª Conferência das Águas do DF será uma contribuição importante para
341 posicionar Brasília como a Capital das águas. O objetivo dessa Conferência é ampliar o
342 diálogo com a sociedade sobre os cuidados com a água e promover o debate e o
343 empoderamento social do tema, bem como, a definição sobre o futuro das águas do DF.
344 Pretende, ainda, ampliar a percepção acerca das várias dimensões da água e das diferentes
345 visões e valores a ela associados, a exemplo da dimensão ecológica, social, cultural, política e
346 econômica. No âmbito da SEMA, nós também pensamos que um Conselho das águas é um
347 caminho possível no futuro que vislumbramos, para onde possa convergir as várias dimensões
348 que envolvem a temática água, estreitando as conversas entre CONAMA e CRH. No âmbito
349 da SEMA a Conferência das Águas vai ser coordenada pela subsecretaria que tem o viés da
350 mobilização, a SEAMS com o apoio da coordenação de águas. A seguir, passou a palavra
351 para o Conselheiro Franklin/SEMA que apresentou a proposta de organização da Conferência.
352 A ideia é começar, já em 2016, com a realização de oficinas específicas setoriais: governo,
353 sociedade civil e setor usuário. Outra perspectiva seria oficinas com as três regiões
354 hidrográficas (bacias) que envolve o DF, Maranhão (Tocantins e Araguaia), Preto (São
355 Francisco) e Paraná (Bacia do Paranaíba, com cinco sub bacias no DF) podendo realizar uma
356 em cada sub bacia ou ao menos em três destas. Em 2017, realizaríamos as pré conferências,
357 preparatórias que culminaria com a conferência de águas do Distrito Federal em 2017, já

358 antecedendo o Fórum Mundial das águas em 2018. Além destes momentos de diálogo
359 territoriais e setoriais nós temos experiências bem sucedidas de conferências que preza por
360 outras formas complementares, que são conferências livres. A virada do Cerrado é um
361 potencial forte, foi testado esse ano, e para 2016 poderá trabalhar com o tema água. O
362 presidente da reunião lembrou que a proposta de fazermos um movimento que envolva a
363 sociedade civil partiu das necessidades que convergem para o Fórum das Águas de 2018.
364 Entendemos que uma forma de mobilizarmos a sociedade em torno da temática água é tratar
365 esta questão no âmbito do programa Virada do Cerrado, otimizando os esforços e os recursos.
366 O Conselheiro Jorge Enoch/EMBRAPA, lembrou que a preocupação principal deve ser o
367 fortalecimento do sistema de recursos hídricos. A mobilização das pessoas é importante. Em
368 2017, temos o Encontro de Comitês de Bacias Hidrográficas do Brasil – ENCOB aqui no DF.
369 Isso vai ser um evento grande em 2017, rumo ao Fórum de 2018. O Conselheiro Luiz
370 Mourão/Fórum das ONGs salientou que esses mecanismos, a exemplo da Virada do Cerrado,
371 contribuem para a implementação da gestão participativa, que viabilizará o controle social. Já
372 é consenso para o Fórum das ONGs que é necessário trabalharmos dentro das escolas como
373 forma de ampliar a atuação da sociedade. O presidente da reunião esclareceu que a iniciativa
374 da Secretaria de Educação, dentro do Programa Brasília nos Parques/Parque Educador, é uma
375 ação simples mas que tem efeito significativo. Vamos iniciar em 2016 com quatro partes,
376 levando alunos da rede pública para aulas e vivências no Parque. Isso significa 374 alunos/dia
377 nos parques. Se multiplicarmos isso por ano aula, temos uma quantidade significativa de
378 alunos frequentando os parques. A Vera Catalão, que é da área de águas, foi chamada para
379 auxiliar o Secretário de Educação e fortalecer a área de educação ambiental. Então, o campo
380 da mobilização a partir das escolas, já é uma realidade que pode e precisa ser ampliada.
381 Qualquer esforço nesse sentido é agregador ao processo. Temos que ampliar para as escolas
382 da área privada. A Conselheira Ana Paula/FIBRA perguntou sobre os andamentos da
383 Comissão Interinstitucional de educação Ambiental – CIEA. Presidente esclareceu que foi
384 feita uma reunião há uma quinzena, onde estiveram presentes os secretários de meio ambiente
385 e de educação, e agora estamos trabalhando para implementar os acordos firmados nessa
386 reunião. O Conselheiro Luiz Rios/IBRAM informou que no dia anterior houve reunião para
387 montar o Plano de Trabalho Parque Educador, que já está em vias de conclusão, determinando
388 quais as atividades são feitas nesses parques, que funcionará em dois turnos, com quatro
389 professores por parque. Isso foi uma conquista, no primeiro momento, houve a possibilidade
390 de redução em função do contingenciamento de orçamento mas a Secretaria de Educação
391 manteve o que foi assinado na Portaria Conjunta e assim estamos empoderando a CIEA. **Item**
392 **3a da pauta:** Informe sobre PPA-Água pela SEPLAG. O Conselheiro Sérgio Ribeiro/SEMA
393 lembrou que no início do ano a proposta era trazer maior clareza e transparência sobre como
394 acontece o investimento em água no DF. Naquele momento o CRH aprovou a criação de um
395 GT PPA Água, com o objetivo de entender melhor a forma de investimento em água no DF,
396 visto que muitos recursos tem relação com água, mas não estão colocados dessa forma. O
397 objetivo é que em 2018, durante o Fórum mundial de Águas, já se tenha claro os montantes
398 desse investimento em água no DF. Passou a palavra ao Otávio Veríssimo, assessor da
399 SUPLAM. Primeiramente fez a apresentação da Subsecretária de Planejamento Joseilda M.
400 Mello. Em seguida esclareceu que o PPA foi encaminhado para a Câmara Legislativa em
401 setembro de 2015. Estamos trabalhando com uma matriz de 806 ações orçamentárias que
402 estão sendo utilizadas por 140 Unidades Orçamentárias - UO. Cruzar tudo isto e dizer se
403 impacta na água e como impacta, é muito difícil, por isso teve que ser feito à luz da reforma
404 administrativa do Governo, e estamos aguardando a votação da Câmara. Sabemos que a
405 publicação deve ocorrer nos primeiros dias de janeiro e na segunda quinzena já podemos
406 apresentar uma primeira versão para vocês. Pelo que já apuramos nas UOs que identificaram
407 alguma ação com rebatimento com a água, se é qualitativo ou quantitativo, isto não virá
408 redondo, será necessário um trabalho mais apurado por parte da SEMA para se obter esta

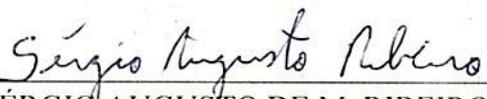
409 consolidação final. O presidente da reunião observou que esta é a segunda ação citada nesta
410 reunião, motivada pelo Fórum Mundial da Água e que isto é muito positivo. Esta iniciativa de
411 termos um componente que qualifique a ação do governo, tendo como parâmetro a execução
412 orçamentária, é um fato inovador. Não é fácil, é um exercício que tem exigido um esforço
413 enorme, que demandará a orientação de indicadores que qualifique esta avaliação do PPA
414 para que a cada final do exercício seja possível fazer uma avaliação do PPA, no sentido de
415 sabermos como está o compromisso do governo em relação ao tema água. Obviamente é um
416 esforço que precisa ser aperfeiçoado, mas sem dúvida, é inovador e nos permitirá desenvolver
417 indicadores. **item 3b:** Informe sobre balneabilidade e qualidade da água do Lago Paranoá. O
418 Conselheiro Jorge Enoch informou que no dia 18/12/2015, o Comitê de Bacias do Paranoá
419 fará uma reunião para a concluirmos o termo de Referência para a elaboração do plano. O TR
420 foi elaborado pela ADASA em parceria com a WWF. A ADASA irá financiar a elaboração
421 deste plano de Bacias e em 2016 o plano será finalizado. Na última reunião do comitê
422 aprovamos uma alteração no evento que estamos propondo em parceria com todos os atores,
423 para que dentro da discussão de desassoreamento do lago e da qualidade da água, trazermos a
424 discussão técnica de como está a qualidade da água do Paranoá e quais as ações previstas e
425 também discutirmos a questão da governança em torno destes problemas. O Sérgio solicitou
426 uma reunião com várias instituições a respeito deste tema, onde muita coisa interessante foi
427 colocada, a exemplo do monitoramento feito pela DIVAL, com inúmeros dados que podem
428 ser disponibilizados para fortalecer o sistema. Neste evento, pela manhã, serão apresentados
429 os dados já existentes, e a tarde será discutida a governança entre os atores. O ideal é que o
430 governo já apresente uma proposta para a governança. Esses fatores justificaram a
431 transferência deste evento para o ano de 2016 e logo após o carnaval será estudada uma data
432 satisfatória e, a partir deste estudo será possível dar uma resposta á sociedade sobre a
433 qualidade da água no Paranoá. A subsecretária Maria Sílvia Rossi lembrou que no âmbito do
434 ZEE temos o fechamento do Projeto de Lei, com a estratégia de monitoramento das políticas
435 propostas no ZEE. Então, a estratégia de monitoramento é fundamental no nível de
436 macrozoneamento. Conversamos internamente na área ambiental e a ideia é organizar, no
437 início do ano que vem, um seminário ou dois para todos os órgãos do governo que fazem
438 monitoramento apresentarem o que fazem. Esse material vai nos auxiliar no arranjo de
439 governança para o monitoramento e para a gestão da informação, para sabermos quem produz
440 dados primários, como isso é publicado, em que base de dados e que tipo de indicador já
441 usado, para termos um aproveitamento maior do que já é feito e puxarmos isto para o ZEE
442 como elemento inicial do processo. O Conselheiro Luiz Rios/IBRAM informou que a
443 proposta é que esta reunião ocorra no dia 22/02/2016. Após tratarmos deste tema iremos
444 abordar a questão da pesca no Lago Paranoá, discutindo os aspectos sociais, de saúde pública
445 e ecológicos, porque o gerenciamento de recursos pesqueiros no lago é uma das ferramentas
446 que temos para trabalharmos a qualidade de águas e o aporte de nutrientes no Lago Paranoá.
447 Essa trilha de eventos é inédita no governo e muito positiva. Uma das demandas levantadas é
448 indicar quem faz a marcação e a divulgação pra população de quais são as áreas balneáveis.
449 Antes do seminário, deve ser feito um encontro com todos os órgãos públicos para podermos
450 alinhar os nossos custos, colocar os nossos dados e trazermos propostas mais concretas para
451 essa gestão. **item 3c:** Outros. Não havendo mais considerações, o Presidente encerrou a
452 reunião. A presente Ata será lida, aprovada e assinada pelos conselheiros presentes e,
453 posteriormente, publicada o extrato no Diário Oficial do Distrito Federal.

Folha Nº 119
Processo Nº 39300006212015
Rubrica Ano 2015 2479714

ANDRÉ LIMA
SEMA

17ª Reunião Ordinária – CRH/DF

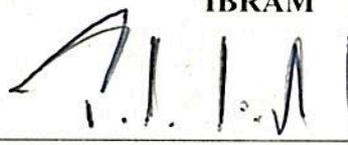
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.


SÉRGIO AUGUSTO DE M. RIBEIRO
SEMA

FRANKLIN DE PAULA JÚNIOR
SEMA

DIEGO BERGAMASCHI
SINESP

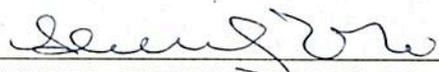
LUIZ ARISTIDES LARGURA RIOS
IBRAM



DIÓGENES MORTARI
ADASA

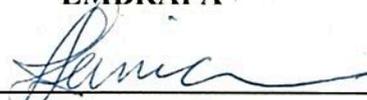
RAFAEL MACHADO MELLO
ADASA

RAQUEL DE CARVALHO BROSTEL
CAESB


MANOEL ALESSANDRO M. DE ARAÚJO
P/ IBAMA/DF


JORGE ENOCH F. WERNECK LIMA
EMBRAPA

FRANCISCO ALVES RIBEIRO
SRDF

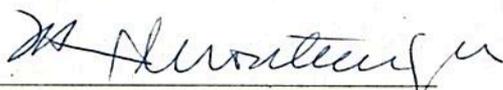

TEREZINHA LIMA
ÚNICA/DF


ANA PAULA D. M. DE CASTRO PESSOA
FIBRA

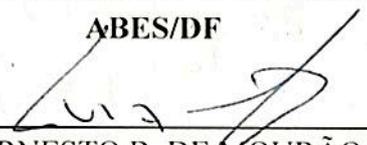
DELSON DA COSTA MATOS
CBH/MA

JOSÉ BRILHANTE NETO
CBH/PRETO

ANA PALMIRA SILVA
CBH/PARANOÁ


MARCOS HELANO F. MONTENEGRO
ABES/DF


LUIZ FERNANDO KITAJIMA
UCB


LUIZ ERNESTO B. DE MOURÃO SÁ
FÓRUM DAS ONGs

Folha Nº 120

Processo Nº 393000062/2015

Rubrica Jul 26 79711